

**24. Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética – Início do Procedimento.**

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação do Início do Procedimento da criação do Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética, nos termos do disposto no artigo 98.º do DL n.º 4/2015, de 07 de janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

**Assunto: Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética- Início do procedimento**

**I. PROPOSTA:**

Pelo Sr. Vereador, Dr. João Rodrigues, com a área de responsabilidade da habitação, foi proposta a elaboração de um Regulamento Municipal para o Programa de Combate à Pobreza Energética, com base nos seguintes fundamentos:

- a) O Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética foi criado em outubro de 2022 pelo Município de Braga, em parceria com a BragaHabit e com a Associação Empresarial de Braga, no âmbito da Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética;
- b) Com a implementação deste Programa foi possível apoiar mais de uma centena de famílias economicamente vulneráveis e em situação de potencial pobreza energética, que residem em habitação própria ou possuem contratos de arrendamento por tempo indeterminado, garantindo a melhoria do desempenho energético da sua habitação permanente e das suas condições de habitabilidade;
- c) A pobreza energética é um tema que tem suscitado um crescente foco de atenção nas políticas públicas europeias nos últimos anos, nomeadamente após a aprovação da Diretiva 2009/72/CE (Mercado Interno da Eletricidade) e da Diretiva 2009/73/CE (Mercado Interno do Gás Natural), que tornaram mais evidente a relevância deste tipo de pobreza e a necessidade de apoiar consumidores economicamente vulneráveis;
- d) Face ao sucedido da edição anterior, verificou-se a necessidade de dar continuidade ao Programa, melhorando alguns aspetos que decorrem da experiência da sua aplicação e contribuindo para uma redução da faturação energética e da pegada ecológica das famílias que residem no Município de Braga;
- e) Este Programa, cuja 2ª edição terá a duração de um ano, entre 2023 e 2024, apresenta-se como uma iniciativa local de habitação, um instrumento de política pública do Município de Braga que visa apoiar as famílias economicamente vulneráveis a melhorarem o desempenho energético e ambiental das suas habitações, no exercício das atribuições que legalmente lhe estão conferidas, com especial relevância para as áreas referidas nas alíneas b), i), k) do n.º 2 do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no uso das competências expressamente referidas na alínea u) do n.º1 do artigo 33.º da referida Lei n.º 75/2013;
- f) O Programa terá um financiamento fixado por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de acordo com a dotação prevista no seu orçamento anual, sendo a sua gestão administrativa e técnica assegurada pela BragaHabit.
- g) Neste sentido, dado o caráter mais duradouro e permanente desta iniciativa, entende-se que será mais adequado regulamentar as regras a que o mesmo está sujeito, mediante o seu sancionamento pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal.

## II. ANÁLISE

Verifica-se que na proposta remetida a esta DAAJ está devidamente fundamentada a necessidade de regular e que o Município está legalmente habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da CRP e do disposto nas alíneas h), i) e k), do n.º 2, do artigo 23.º, e alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Assim, propõe-se que **a Câmara Municipal delibere aprovar o início do procedimento da criação do Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética**, que deverá, depois, ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98.º do CPA.

Ressalva-se, ainda, que, proposta agora apresentada está condicionada a uma melhor análise pela DAAJ, a submeter posteriormente aquando do envio do projeto final ao Executivo para aprovação pela Assembleia Municipal.

**A Jurista, gestora do procedimento,**

### **Anexos:**

1. Proposta inicial de Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética.

## **Município de Braga**

### **Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética**

#### **Nota Justificativa**

O Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética foi criado em outubro de 2022 pelo Município de Braga em parceria com a BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. (doravante, BragaHabit) e com a Associação Empresarial de Braga (doravante, AEB), no âmbito da Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética.

Com a implementação deste Programa foi possível apoiar mais de uma centena de famílias economicamente vulneráveis e em situação de potencial pobreza energética, que residem em habitação própria ou possuem contratos de arrendamento por tempo indeterminado, garantindo a melhoria do desempenho energético da sua habitação permanente e das suas condições de habitabilidade.

A pobreza energética é um tema que tem suscitado um crescente foco de atenção nas políticas públicas europeias nos últimos anos, nomeadamente após a aprovação da Diretiva 2009/72/CE (Mercado Interno da Eletricidade) e da Diretiva 2009/73/CE (Mercado Interno do Gás Natural), que tornaram mais evidente a relevância deste tipo de pobreza e a necessidade de apoiar consumidores economicamente vulneráveis.

Face ao sucesso da 1ª edição e dado o caráter mais duradouro e permanente desta iniciativa, entende-se que será mais adequado regulamentar as regras a que o Programa está sujeito, mediante o seu sancionamento pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, melhorando alguns aspetos que decorrem da experiência da sua aplicação e contribuindo para uma redução da fatura energética e da pegada ecológica das famílias que residem no Município de Braga.

No que concerne à ponderação dos custos e benefícios da medida projetada nos termos do disposto no artigo 99.º do CPA, tratando-se de um instrumento de política pública do Município de

Braga que visa garantir o apoio às famílias economicamente vulneráveis e melhorar o desempenho energético e ambiental das suas habitações, considera-se evidente que os benefícios expectáveis resultantes da implementação da medida de incentivo ultrapassarão os custos associados à medida que se pretende implementar.

Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e das competências previstas nas alíneas b), i) e k), do n.º 2, do artigo 23.º, na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, e na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi o presente aprovado pela Câmara Municipal, sob proposta do seu Presidente, em reunião de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023, e pela Assembleia Municipal, na sua sessão de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023.

## **Artigo 1.º**

### **Objetivos**

O Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética, abreviadamente designado por Programa, visa combater a pobreza energética e reforçar a renovação dos edifícios, a nível local, possibilitando o aumento do desempenho energético e ambiental dos mesmos, do conforto térmico e das condições de habitabilidade, saúde e bem-estar das famílias, contribuindo para a redução da fatura energética e da pegada ecológica.

## **Artigo 2.º**

### **Áreas de intervenção**

1 - Para efeitos do presente Programa, consideram-se elegíveis as ações e as soluções técnicas potenciadoras de conforto e eficiência energética, nomeadamente:

- a) Substituição de janelas não eficientes por janelas eficientes, de classe energética mínima igual a “A”;
- b) Aplicação ou substituição de isolamento térmico na envolvente do edifício de habitação, bem como a substituição de portas de entrada;

- c) Isolamento térmico em coberturas ou pavimentos exteriores e interiores;
- d) Isolamento térmico em paredes exteriores ou interiores;
- e) Portas de entrada exteriores e de patim (portas de fração autónoma a intervencionar);
- f) Instalação de sistemas de aquecimento e/ou arrefecimento ambiente e de águas quentes sanitárias (AQS), de classe energética “A” ou superior;
- g) Bombas de calor;
- h) Sistemas solares térmicos;
- i) Caldeiras e recuperadores a biomassa com elevada eficiência.
- j) Instalação de painéis fotovoltaicos e outros equipamentos de produção de energia renovável para autoconsumo.

2 - Os equipamentos e as soluções apoiadas pelo presente Programa, bem como a sua instalação, devem cumprir com a legislação e regulamentação em vigor nas respetivas áreas.

3 - Os apoios previstos em cada edição do Programa não são cumulativos com os apoios atribuídos na edição anterior.

### **Artigo 3.º**

#### **Vigência, etapas e desenvolvimento**

O Programa Municipal de Combate à Pobreza será constituído pelas seguintes etapas ou fases de desenvolvimento:

- a) Preparação**, que engloba:
  - i. definição do orçamento do Programa;
  - ii. constituição da Comissão de Acompanhamento de Execução das ações potenciadoras de conforto e eficiência energética, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da Câmara Municipal;
  - iii. abertura do período de apresentação de candidaturas.
- b) Apresentação de candidaturas**, que engloba:
  - i. Manifestação de interesse por parte dos candidatos, que inclui:
    - Preenchimento de formulário com documentos instrutórios;
  - ii. Visita técnica, que inclui:
    - Visita ao local;

- Análise da pretensão do candidato;
  - Apresentação de propostas por parte da Comissão de Acompanhamento.
- iii. Submissão da candidatura, que inclui:
- preenchimento de formulário com documentos instrutórios;
  - escolha do fornecedor inscrito no Programa que irá executar o projeto.
- c) Apreciação/Aprovação das Candidaturas**, que engloba:
- i. Análise da candidatura pela Comissão de Acompanhamento;
  - ii. Elaboração de relatório técnico pela Comissão de Acompanhamento;
  - iii. Submissão para aprovação pelo/a Vereador/a com competências na área de responsabilidade da Inovação e Coesão Social;
- d) Entrega do voucher**, que engloba:
- i. Entrega do voucher ao candidato aprovado;
- e) Arranque da Execução e Acompanhamento da adoção das ações potenciadoras de conforto e eficiência energética**, que engloba:
- i. implementação das ações potenciadoras de conforto e eficiência energética;
- f) Avaliação**, que engloba:
- i. visita ao local, onde foram executadas as soluções implementadas;
  - ii. produção de relatório final pelo fornecedor de acordo com modelo disponibilizado previamente.

#### **Artigo 4.º**

##### **Dos candidatos**

- 1- Podem candidatar-se ao Programa, pessoas singulares que reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:
- a) Residir em habitação própria no Município de Braga;
  - b) Residir em permanência na habitação inscrita para o Programa;
  - c) Não possuir o candidato individual, ou o agregado familiar, qualquer outro bem imóvel destinado a habitação, para além daquele que é objeto do Programa, na área do Município;

- d) Beneficiar da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) à data de submissão da candidatura, e que tal seja evidenciado na fatura da eletricidade da habitação permanente.
- 2 – São ainda elegíveis pessoas singulares que sejam arrendatárias com contrato por tempo indeterminado e reúnam, cumulativamente, os requisitos identificados nas alíneas b) a d) do número anterior.

### **Artigo 5.º**

#### **Da Comissão de Acompanhamento**

1. Compete ao Presidente da Câmara Municipal designar os membros da Comissão de Acompanhamento de Execução das ações potenciadoras de conforto e eficiência energética, que será composta por três elementos: um em representação do Município de Braga, um em representação da BragaHabit e um em representação de entidade externa ao Município.
2. Serão competências da Comissão de Acompanhamento:
  - a) proceder à realização de uma visita técnica após a manifestação de interesse dos candidatos;
  - b) elaboração de relatório técnico com análise de viabilidade e propostas de intervenção;
  - c) apreciação da candidatura mediante a elaboração de relatório técnico com determinação objetiva dos benefícios energéticos que serão atingidos com a realização dos trabalhos a executar.
3. Caso a Comissão verifique a existência de desconformidades nas ações potenciadoras de conforto e eficiência energética deverá determinar a sua correção ou propor ao Presidente da Câmara Municipal que suspenda a comparticipação concedida e/ou determine a sua devolução, atenta a gravidade das desconformidades.
4. A Comissão de Acompanhamento poderá, no exercício das suas funções, solicitar apoio técnico aos diversos serviços e equipas do Município ou da BragaHabit, assim como informações aos respetivos fornecedores, com vista ao adequado exercício das suas funções.



## **Artigo 6.º**

### **Financiamento**

1. A dotação financeira para cada edição do Programa será fixada por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de acordo com a respetiva previsão no Orçamento Municipal, sendo oportunamente publicitada.
2. Cada projeto aprovado será financiado a 100% e até ao montante máximo de 2 500 € (dois mil e quinhentos euros).
3. O montante solicitado por cada candidatura deverá ter em conta todos os encargos, tais como IVA, Taxas Municipais e outros aplicáveis.
4. A cada candidatura será atribuído um voucher, com a validade de 6 (seis) meses, desde a sua data de emissão, perdendo o seu valor na data de caducidade.
5. Mediante requerimento fundamentado do interessado, poderá ser concedida uma prorrogação do prazo previsto no número anterior, por uma única vez.
6. Caso o valor da intervenção seja superior ao valor da comparticipação, o candidato deverá assumir o diferencial junto do fornecedor com recurso ao autofinanciamento.
7. Cada candidato e cada habitação têm direito a um único voucher.
8. O candidato só poderá utilizar o voucher num único fornecedor aderente ao Programa, podendo ser utilizado na aquisição de mais do que uma tipologia através desse fornecedor.

## **Artigo 7.º**

### **Despesas elegíveis**

1. O limite máximo de despesas elegíveis por cada candidatura aprovada não pode exceder o financiamento aprovado pelo Programa.
2. Não são elegíveis despesas relacionadas com:
  - a) Custos reembolsados por outras fontes de financiamento;
  - b) Projetos, certificações, auditorias, estudos e atividades preparatórias, licenciamentos;
  - c) Despesas associadas a outras intervenções no edifício ou fração que não se encontrem relacionadas com as intervenções elegíveis.

## **Artigo 8.º**

### **Apresentação de candidaturas**

1. As candidaturas devem ser apresentadas exclusivamente através de formulário eletrónico criado para o efeito, disponível no sítio da internet da BragaHabit ([www.bragahabit.pt](http://www.bragahabit.pt)) após abertura do respetivo período de submissão.
2. Não serão aceites candidaturas submetidas por outras vias.
3. O processo de candidatura online deverá integrar obrigatoriamente, sob pena de rejeição liminar, a seguinte documentação:
  - a) Manifestação de interesse por parte dos candidatos:
    - Formulário devidamente preenchido e identificação da área de intervenção;
    - Certidão emitida, há menos de um mês, onde conste a existência de bens imóveis em nome do requerente e dos demais elementos do agregado familiar ou cópia do contrato de arrendamento habitacional, caso se candidate na qualidade de arrendatário;
    - Fatura de eletricidade mais recente que comprove que usufruiu de desconto da Tarifa Social de Energia Elétrica;
  - b) Formalização da candidatura:
    - Formulário de candidatura devidamente preenchido;
    - Cópia do Cartão de Cidadão dos elementos do agregado familiar;
    - Código de Ponto de Entrega (CPE);
    - Certidão de não dívida do candidato perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, válida, ou, preferencialmente, autorização para consulta da situação tributária, devidamente assinalada no formulário de preenchimento da candidatura;
    - Certidão de não dívida do candidato perante a segurança social, válida, ou, preferencialmente, autorização para consulta da situação contributiva, devidamente assinalada no formulário de preenchimento da candidatura;
    - Orçamento ou orçamentos com descrição dos trabalhos a efetuar e identificação do respetivo fornecedor;

- Declaração de compromisso do candidato indicando que não beneficiou de qualquer outro apoio público da mesma natureza;
- 4. Após a realização da visita técnica prevista na alínea b) do Artigo 3.º, a BragaHabit endereça uma proposta de solução a implementar na habitação em causa;
- 5. Após a receção das propostas, os interessados dispõem de um prazo de 10 (dez) dias úteis para formalizar a sua candidatura no Balcão Digital da BragaHabit;
- 6. A análise de elegibilidade dos candidatos é avaliada de acordo com a ordem de submissão das candidaturas, procedendo-se à validação da informação registada pelo candidato em cada candidatura.
- 7. O candidato será notificado do resultado da avaliação de elegibilidade, designadamente se é “elegível” ou “não elegível”, através de uma notificação enviada pela BragaHabit para o endereço de correio eletrónico que o candidato utilizou para o registo no Balcão Digital.
- 8. Caso seja necessário solicitar ao candidato informação adicional, é enviada uma notificação automática pela BragaHabit para o endereço de correio eletrónico que o candidato utilizou para o registo no Balcão Digital, com a indicação da documentação necessária.
- 9. O prazo para apresentação da documentação solicitada é de 5 (cinco) dias úteis. Em caso de não apresentação da documentação dentro do referido prazo, a candidatura será excluída, sendo o candidato notificado dessa decisão através de uma notificação pela BragaHabit para o endereço de correio eletrónico que o candidato utilizou para o registo no Balcão Digital.

### **Artigo 9.º**

#### **Aprovação das Candidaturas**

As candidaturas são aprovadas de acordo com a ordem de submissão das candidaturas até ao limite do montante afetado pelo Município de Braga a este Programa.

## **Artigo 10.º**

### **Processamento de decisão**

1 - A candidatura só poderá ser aprovada se:

- a) O pedido se encontrar devidamente instruído com os elementos referidos no Artigo 8.º;
- b) Os orçamentos apresentados forem compatíveis com as intervenções a levar a efeito;
- c) O relatório técnico, elaborado pela Comissão de Acompanhamento, for favorável à intervenção proposta.

2 - Após conclusão do processo de análise de elegibilidade e em caso de aprovação, será solicitado ao candidato que aceite o Termo de Aceitação da candidatura no Balcão Digital da BragaHabit, após o qual será enviado o voucher para o candidato através de notificação enviada pela BragaHabit para o endereço de correio eletrónico que o candidato utilizou para o registo no Balcão Digital.

3 - O voucher é único e intransmissível, apenas podendo ser utilizado pelo seu titular, não podendo ser convertido em qualquer tipo de outras prestações ou pagamentos, em dinheiro ou espécie.

## **Artigo 11.º**

### **Rede de fornecedores**

1 - A utilização do voucher apenas poderá ser efetuada em fornecedores aderentes ao Programa.

2 - A Associação Empresarial de Braga (AEB) será a entidade responsável por coordenar, organizar, gerir, disponibilizar e divulgar a lista com os fornecedores do Município de Braga aderentes ao Programa.

3 - Os fornecedores que desejem aderir ao Programa deverão disponibilizar, entre outra, a seguinte informação:

- a) Designação da empresa;
- b) Morada da sede;
- c) E-mail;
- d) Número de telefone;

- e) Certidão de não dívida perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, válida, ou, preferencialmente, autorização para consulta da situação tributária, devidamente assinalada no formulário de preenchimento da candidatura;
  - f) Certidão de não dívida perante a segurança social, válida, ou, preferencialmente, autorização para consulta da situação contributiva, devidamente assinalada no formulário de preenchimento da candidatura;
  - g) Comprovativo do IBAN;
  - h) Código(s) de atividade económica, por forma a aferir que a sua atividade se desenvolve nas áreas relacionadas com as medidas elegíveis no presente Programa;
  - i) Indicação das tipologias de intervenção que estão habilitados a fornecer e/ou instalar e respetivos documentos comprovativos;
  - j) Indicação de que possuem peritos qualificados para cada área de intervenção.
- 4 - Os fornecedores que pretendam aderir ao Programa devem apresentar a informação obrigatória e assegurar que a informação e documentos disponibilizados se encontram em condições de serem analisados, sob pena de a sua inscrição não ser aceite.
- 5 - Os fornecedores são notificados do resultado da aceitação da sua inscrição, através de uma notificação enviada pela AEB para o endereço de correio eletrónico que registaram na sua candidatura.
- 6 - Após conclusão do processo de análise de inscrição e em caso de aprovação, será solicitado ao fornecedor que aceite o Termo de Aceitação, após o qual será integrado na lista de fornecedores do Programa.
- 7 - A lista com os fornecedores aderentes ao Programa é enviada aos interessados aquando do envio da solução proposta endereçada após a realização da visita técnica por parte da BragaHabit.
- 8 - Os fornecedores integrados na lista de fornecedores do Programa devem apoiar os candidatos na análise técnico-económica das possíveis medidas a implementar, para que estes possam efetuar uma escolha devidamente informada.
- 9 - Os orçamentos apresentados aos candidatos devem indicar e detalhar todos os trabalhos e materiais necessários para a implementação das medidas abrangidas pelo presente Programa, bem como apresentar os dados técnicos dos produtos e/ou equipamentos a instalar.
- 10 - Os equipamentos e as soluções apresentadas, bem como a sua instalação, devem cumprir com a legislação e regulamentação, nacional e comunitária, em vigor nas respetivas áreas. Em

particular, deve ser garantido que as intervenções não conduzem a impactos significativos no ambiente, designadamente no que respeita a emissões para atmosfera, ao ruído, e garantindo o correto encaminhamento dos resíduos produzidos, nos termos da legislação em vigor.

## **Artigo 12.º**

### **Prazo de execução e monitorização**

A execução física e financeira dos projetos apoiados pelo Programa deverá coincidir com o prazo de validade do voucher atribuído nos termos do Artigo 6.º, sendo da responsabilidade do fornecedor o envio do relatório final da intervenção para o Município de Braga.

## **Artigo 13.º**

### **Erros e Omissões**

As dúvidas e omissões decorrentes da aplicação das disposições do presente Programa serão esclarecidas e decididas pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelo Vereador com competências delegadas, sob proposta da Comissão de Acompanhamento.

## **Artigo 14.º**

### **Dados Pessoais**

1 - O tratamento de dados pessoais realizados ao abrigo deste regulamento é definido pela legislação relativa à proteção de dados pessoais, designadamente o Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

2 – A BragaHabit é a entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos do presente Regulamento, garantindo a sua confidencialidade e o sigilo em conformidade com a legislação em vigor.

3 - A recolha dos dados pessoais dos candidatos tem por finalidade a candidatura ao presente Programa e não serão comunicados ou transmitidos a qualquer outra entidade.

4 - Nos termos previstos no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, o titular pode exercer os seus direitos de acesso, retificação, oposição, limitação de tratamento, portabilidade ou apagamento, bem como retirar o consentimento, através de pedido de exercício desses seus direitos, a submeter no Balcão Digital da BragaHabit.

5 - Os dados pessoais facultados no âmbito deste regulamento serão alvo de tratamento e conservação, por parte dos serviços da BragaHabit, até 12 (doze) meses após a conclusão do processo associado ao mesmo, sem prejuízo da sua conservação para além desse período para cumprimento de obrigações municipais e/ou legais.

#### **Artigo 15.º**

#### **Entrada em Vigor**

O presente regulamento entrará em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte ao da sua publicação.